



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 039/2013/SEMA,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA
SERASA S/A.

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. **JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 85437 - SSP/MT e do CPF n°. 178.883.281-72, residente a Rua Montevideu, 365, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá/MT, CEP: 78.060-589, nomeado pelo Ato Governamental n.º 10991 de 21/12/12, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **SERASA S/A**, inscrita no CNPJ: 62.173.620/0001-80, localizada na Alameda dos Quinimuras, n° 187, Planalto Paulista, CEP: 04.068-900, em São Paulo-SP, telefone/fax: (11)2847-9668, representada pelo Sr. **HAMILTON BAEZ DE BRITO E SILVA**, portador do RG N° 18.205.762, SSP/SP e do CPF: 153.136.818-26, e pelo Sr. **ADRIANO POÇAS BIONDO**, portador do RG N° 5.465.776-8, SSP/PR e do CPF: 019.321.689-23, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com o Processo n°. **487884/2013/SEMA, Pregão Presencial para Registro de Preço n° 002/2013 e Ata de Registro de Preços n.º 002/2013**, do Banestes - Banco do Estado do Espírito Santo, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Estadual n° 7217/2006 e alterações, bem como da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de certificados digitais e tokens criptográficos, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Pregão Presencial para Registro de Preço n°**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

002/2013 e Ata de Registro de Preços n.º 002/2013, do Banestes - Banco do Estado do Espírito Santo, que fazem parte integrante deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO

2.1. O preço e as especificações técnicas mínimas para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada, conforme detalhamento do objeto, constante no Anexo IV do edital de **Pregão Presencial para Registro de Preço n.º 002/2013 e Ata de Registro de Preços n.º 002/2013**, do Banestes - Banco do Estado do Espírito Santo, abaixo discriminado:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|---|----------------|-------------|
| I | CERTIFICADO DIGITAL PARA SERVIDORES WEB. TIPO A1. OBS.: EM CASO DE NECESSIDADE, A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA SERVIDOR NO PADRÃO DA ICP BRASIL. | 02 | ⇒ Baseado em SSL/TSL (Secure Sockets Layer/Transport Layer Security); ⇒ Permitir criptografia forte de no mínimo 128 bits; ⇒ Validade mínima de 2 (dois) anos após a sua emissão; ⇒ Permitir a comunicação segura por intermédio de SSL; ⇒ Reconhecimento e acesso ao HTTPS pelos usuários de um site seguro com certificado reconhecido pelos aplicativos e pelos navegadores utilizados pelos clientes (MS Internet Explorer versão 5.5 ou superior, Mozilla Firefox versão 3.0 ou superior); ⇒ Reconhecimento internacional; ⇒ Selo Seguro – O selo do site seguro caracteriza-se como elemento gráfico que represente, e tenha valor, para os visitantes do site. O selo do site seguro indica que houve procedimentos para determinar a propriedade e registro do website pela empresa ou organização e que a mesma tenha registro formal. | R\$ 435,22 | R\$ 870,44 |
| V | CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (ECPF) (*) TIPO A3. | 600 | ⇒ Formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8; ⇒ Emissão da LCR a cada 1 (uma) hora; ⇒ Tamanho das chaves criptográficas associadas aos certificados de 1024 bits; ⇒ Validade mínima de 3 anos ⇒ O certificado deverá ser emitido e entregue em Token, cuja especificação está descrita no item 1.2 do anexo IV do edital; ⇒ O certificado adquirido poderá ser utilizado para a emissão de um novo certificado ou para a renovação de um já existente. ⇒ Autenticação em rede Windows 2003/2008 utilizando Active Directory. ⇒ O certificado deverá possibilitar a | R\$ 81,82 | 49.092,00 |



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

| | | | | | |
|--|--|--|-----------------------|--------------------|----------------------|
| | | | assinatura de emails. | | |
| | | | | VALOR TOTAL | R\$ 49.962,44 |

(*) **Preços com TOKEN incluso.**

2.1.1. TOKENS USB – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (conforme ANEXO IV do edital) :

- ⇒ Possui conector USB (Universal Serial Bus) tipo A, versão 1.0 (compatível com 2.0) ou superior.
- ⇒ Permite conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura.
- ⇒ Aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
- ⇒ Certificado FIPS 140-2.
- ⇒ Compatível com chaves de 2048 bits
- ⇒ Capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 32 Kbytes.
- ⇒ Algoritmo simétrico 3-DES ou AES, com chaves de, no mínimo, 128 bits para cifrar as chaves privadas armazenadas.
- ⇒ Utiliza algoritmo simétrico 3DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3).
- ⇒ Utiliza algoritmo RSA/SHA256 ou RSA/SHA-1 para geração de assinaturas.
- ⇒ Possui o algoritmo simétrico AES, sua chave gerada por derivação, a partir de um código de acesso escolhido pelo titular do repositório.
- ⇒ Suporte completo à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração onboard do par de chaves RSA de, no mínimo, 1024bits.
- ⇒ Possui carcaça resistente à água e à violação.
- ⇒ Driver para sistema operacional Linux (kernel 2.4, 2.6 e versões superiores).
- ⇒ Driver para sistema operacional Microsoft Windows (XP/Vista/ Windows 7 e Windows Server 2003/2008 e versões superiores).
- ⇒ Possui CSP - Cryptographic Services Provider para Windows (XP/Vista/Windows 7 32 e 64 bits e Windows Server 2003/2008 32 e 64 bits e versões superiores) e em conformidade com o padrão da CryptoAPI 2.0, da . Microsoft (XP/Vista/ Windows 7 e Windows Server 2003/2008 e versões superiores).
- ⇒ Possui biblioteca de objetos compartilhados em ambiente linux (.so) e dynamiclink library (.dll) em ambiente Windows que implemente, em sua completude, o padrão PKCS#11 v2.0 ou mais recente.
- ⇒ Oferece driver para que os frameworks Java JCA e Java JCE se comuniquem em perfeita harmonia com a biblioteca PKCS#11 nativa do token, de tal forma que aplicações em Java possam utilizar qualquer das funcionalidades existentes no padrão PKCS#11 por meio dos frameworks Java JCA e Java JCE.
- ⇒ Compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4.
- ⇒ Possui indicador luminoso de estado do dispositivo.
- ⇒ Assina dados digitalmente em até 5 segundos.
- ⇒ Permite a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o CertificateStore do ambiente Microsoft XP/Vista/ Windows 7 e Windows Server 2003/2008 e versões superiores;
- ⇒ Permite personalização eletrônica através de parâmetro identificador interno (label);
- ⇒ Permite criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 caracteres;
- ⇒ Permite criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
- ⇒ Permite geração de chaves protegidas por PINs (PersonalIdentificationNumber), compostos por caracteres alfanuméricos;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

⇒ Permite gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459;

⇒ Armazena chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução, e apenas certificados pertencentes a um único titular podem ser associados às chaves contidas num determinado dispositivo, sendo que no caso de certificados emitidos para pessoas jurídicas, o titular é a pessoa física responsável pela empresa;

⇒ Permite inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);

⇒ Compatibilidade com sistemas operacionais Windows (XP/Vista/ Windows 7 32 e 64 bits e Windows Server 2003/2008 32 e 64 bits e versões superiores) e Linux (kernel 2.4, 2.6 e superiores);

⇒ Suporte aos seguintes navegadores: Microsoft Internet Explorer (versão 5.5 e superiores) e Mozilla (versão 3 e superiores);

⇒ Possui middleware para Windows 2000 e versões superiores e Linux (kernel 2.4, 2.6 e superiores);

⇒ Possui ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;

⇒ Suporte a autenticação tipo challenge-response;

⇒ Força a troca da senha padrão no primeiro acesso;

⇒ Bloqueia o dispositivo, após quinze tentativas de autenticação com códigos inválidos;

⇒ Avisa o titular do dispositivo, a cada vez que uma função for ativada, utilizando a sua chave privada.

Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida;

⇒ Bloqueia a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;

⇒ Software de gerenciamento do dispositivo, no idioma Português do Brasil, que permite:

⇒ Exportação de certificados armazenados no dispositivo;

⇒ Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;

⇒ Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;

⇒ Visualização de certificados armazenados no dispositivo;

⇒ Apagamento de chaves e outros dados contidos no dispositivo, após autenticação do titular;

⇒ Reutilização de dispositivos bloqueados, através de apagamento total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.

⇒ Driver compatível com sistema operacional IOS

VALIDAÇÃO PRESENCIAL - COMPRA DE CERTIFICADOS ICP BRASIL

| DESCRIÇÃO | VALOR MÁXIMO DA VISITA |
|---|------------------------|
| Validação Presencial nas dependências da Sema | R\$ 400,00 |

2.1.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 49.962,44** (quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), por demanda, conforme for ocorrendo a execução do objeto, comprovados por meio de atesto do fiscal



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

do contrato, indicado pela **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CTI)**.

2.2. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Comparecer quando convocado formalmente, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento, bem como retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

3.3 Entregar o objeto contratado nas condições estabelecidas no edital de **Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2013 e Ata de Registro de Preços n.º 002/2013** - Banestes e proposta apresentada, bem como de acordo com o Termo de Referência nº 12/2013 da **CONTRATANTE**;

3.4. Entregar o objeto através de solicitação formal da **CONTRATANTE** por meio de **ORDEM DE FORNECIMENTO**, conforme a demanda da **CONTRATANTE**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.5. Cumprir os prazos previstos no edital e na **Ata de Registro de Preços n.º 002/2013** – Banestes;

3.6. GARANTIA: Garantir a emissão e renovação dos certificados, no limite da quantidade fornecida, quando necessário, durante o período de 12 (doze) meses para o Certificado Digital para Servidores WEB do tipo A1 e 36 (trinta e seis) meses para o Certificado Digital do tipo A3 para pessoa jurídica e Física, (e-CNPJ e e-CPF);

3.7. Quanto ao **ATENDIMENTO E SUPORTE**, a **CONTRATADA** deverá:

a) Realizar atendimento em até 04 (quatro) horas e solução em até 08 (oito) horas para chamados que não comprometam a efetiva utilização dos certificados;

b) Realizar atendimento em até 02 (duas) horas e solução em até 06 (seis) horas para chamados que comprometam a efetiva utilização dos certificados;

c) Manter os repositórios dos certificados disponíveis para consulta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana e implementar os recursos necessários para a segurança dos dados neles armazenados;

d) Disponibilizar para consulta a Lista de Certificados Revogados (LRC), que deverá ser emitida, no máximo, a cada 24 horas;

e) Revogar e emitir novo certificado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando constatada emissão imprópria ou defeituosa do mesmo;

f) Realizar a revogação de certificado, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 horas;

g) Notificar a **CONTRATANTE** quando ocorrer suspeita de comprometimento de sua chave, emissão de novo par de chaves e correspondente certificado, ou o encerramento de suas atividades;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.8. Zelar pela qualidade dos serviços entregues, conforme condições estabelecidas no edital de **Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2013** e **Ata de Registro de Preços n.º 002/2013** – Banestes;

3.9. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar a **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade dos serviços entregues;

3.10. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

3.11. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.12. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

3.13. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do objeto contratado, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.15. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.16. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.17. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.18. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercido pela **CONTRATANTE**;

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega dos itens descritos na cláusula segunda deste contrato será no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados de cada solicitação efetuada pela **CONTRATANTE**, via ORDEM DE FORNECIMENTO;

4.2.1. Os **CERTIFICADOS DIGITAIS E TOKENS CRIPTOGRÁFICOS** deverão ser entregues pela **CONTRATADA** na sede da **CONTRATANTE**, no seguinte endereço: Rua C, esquina com F, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, CEP: 78.050-970.

4.2.2. A entrega do objeto ora contratado será acompanhada e fiscalizada por representante da **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CTI)** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega do objeto ora contratado, não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir ORDEM DE FORNECIMENTO a cada solicitação, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.1.1. Os pedidos DE CERTIFICADOS DIGITAIS E TOKENS CRIPTOGRÁFICOS serão conforme demanda da CONTRATANTE, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados de cada solicitação à **CONTRATADA**.

6.2. Comunicar a **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas na execução do objeto contratual, para imediata correção;

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências, caso necessário;

6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, conforme previsto no edital de **Pregão Presencial para Registro de Preço n° 002/2013 e Ata de Registro de Preços n.º 002/2013**, do Banestes;

6.5. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

6.6. Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no edital, bem como neste contrato;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6.7. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Efetuar o pagamento, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, data fixada de acordo com a **Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (pág.32)**, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, após a execução do objeto e o recebimento da Fatura/Nota Fiscal, que deverá estar devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

7.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A omissão de qualquer despesa necessária à entrega do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/**CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do **MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE E SEGURANÇA**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

DA INFORMAÇÃO/COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da CONTRATANTE para serem devidamente atestadas;

7.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar:**

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, conforme legislação vigente, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

7.5. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

7.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

7.8. Para as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;

7.9. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental e dada a conformidade pela Coordenadoria Financeira da **CONTRATANTE**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

| |
|---|
| Órgão/Unidade: 27101- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE |
| Projeto Atividade: 4318 |
| Natureza de Despesa: 3390 3000 |
| Fonte de Recurso: 240 |

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados de sua assinatura, em virtude da emissão e renovação dos certificados da **CONTRATADA**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA** assegurará a **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital, bem como do presente termo contratual, sujeita a **CONTRATADA** à multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93;

11.2. A **CONTRATADA** pelo atraso na entrega do objeto do **Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2013 e Ata de Registro de Preços n.º 002/2013 - Banestes**, será notificada pela **CONTRATANTE**, sendo-lhe garantida ampla defesa. Caso as razões alegadas forem julgadas improcedentes, a **CONTRATANTE** sujeitará à **CONTRATADA** multa de 1% (um por cento) do valor da Ordem de Fornecimento por dia de atraso, limitado ao total de 10% (dez por cento), quando então essa será rescindida e aplicada a penalidade acima citada;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.3. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a a **CONTRATANTE**;

11.4. A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. O objeto ora contratado será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CTI)** da **CONTRATANTE**, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.4. Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, serão resolvidas de acordo com a legislação brasileira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 17 de setembro de 2013.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Secretário de Estado do Meio Ambiente

HAMILTON BAEZ DE BRITO E SILVA
Representante da Contratada

ADRIANO POÇAS BIONDO
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS :

MAKSON ESCOLÁSTICO MORAES

CPF: 922.329.061-91

KELLY ALMEIDA KORMANN

CPF: 823.964.001-00